

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Os terrenos adquiridos em 2016 pela Câmara Municipal de Cascais na Quinta da Carreira encontram-se atualmente a ser intervencionados. A este respeito dúvidas se levantam quanto aos propósitos sobre os mesmos, sendo preocupação dos munícipes e moradores nesta zona a preservação dos valores ecológicos que justificaram a sua integração em regime de Reserva Ecológica Nacional (REN), aprovada em PDM, sendo por isso sujeitos a condicionante de utilidade pública.

Estes terrenos - que incluem áreas correspondentes a leitos e nas margens dos cursos de água, a área estratégica de proteção e recarga de aquíferos e zonas ameaçadas pelas cheias, - foram já sujeitos a decapagem e escavação, o que contraria as ações permitidas em locais em que ascondicionantes referidas marcam presença.

Estes terrenos, que os moradores reivindicam há muito como local a ocupar com espaços verdes públicos que salvaguardem os valores ecológicos presentes, pretenderá a Câmara Municipal de Cascais vir a ocupar com estacionamento automóvel.

Pelo menos, tal ideia se pode retirar das declarações tornadas públicas, tanto no Despacho 28/2016 da Câmara Municipal que justifica a aquisição dos terrenos, como na Assembleia Municipal de Maio de 2016 onde é referida a intenção de criar 350 lugares de estacionamento automóvel na Quinta da Carreira.

A questão é que, para decidir a ocupação de uma área de terreno com esta dimensão espacial, que outrora justificou a necessidade de executar um plano de pormenor, a população não foi tida em conta, não foi chamada a participar e contribuir para a decisão e nem sequer foi informada das opções que a Câmara Municipal pretende tomar. Certo é que a população não quer um “rio de alcatrão” nesta zona!

As obras começaram sem que qualquer identificação e informação sobre as mesmas tenham sido afixadas no local, o que demonstra a falta de consideração que a Câmara de Cascais tem

pelos seus municípios. Havendo questões que se colocam no âmbito da atuação do poder local, cuja autonomia o PCP sempre respeitará intervindo, como tem feito, em sede própria, outras há que interferem com matérias de interesse e âmbito nacional, designadamente, no que ao Ambiente diz respeito, e que necessitam de cabal esclarecimento público.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais devidamente aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PCP solicita a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> que possa remeter ao Governo, por intermédio do Ministério do Ambiente, o pedido de resposta às seguintes questões:

1. O Ministério do Ambiente tem conhecimento destas obras em Reserva Ecológica Nacional?
2. O Ministério do Ambiente autorizou alguma intervenção nestes terrenos? Em caso afirmativo, de que âmbito e com base em que pareceres?
3. O Ministério do Ambiente tem conhecimento que tenha sido pedido algum parecer à CCDR de Lisboa e Vale do Tejo sobre esta obra? A existir, qual o seu conteúdo sobre o caso em apreço?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 3 de Maio de 2017

Deputado(a)s

ANA MESQUITA(PCP)

MIGUEL TIAGO(PCP)

RITA RATO(PCP)